

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Brenda Machado Siqueira¹
Claudia Regina Major²
Dayse Vieira Santos Barbosa³
Francielle Nunes de Azevedo Romanowski⁴
Gabriella Pereira Ribeiro de Araújo⁵
Julia Maria Rodrigues de Oliveira⁶
Juliana Cintia Valverde Santos⁷
Priscila Maria Álvares Usevicius⁸
Cecília Magnabosco Melo⁹

RESUMO

A curricularização da extensão tem como objetivo intensificar, aprimorar e articular as atividades de extensão no processo de formação acadêmica. O presente artigo se trata de um relato de experiência das ações de extensão realizadas por estudantes de Medicina em escolas públicas, no módulo de Medicina da Família e Comunidade (MFC), ilustrando os desafios e potencialidades das ações de extensão. Os temas das ações debatidos nessas escolas incluíam desde campanhas de sensibilização sobre vacinação até educação sexual para crianças e adolescentes. Ao decorrer da atividade, os acadêmicos se depararam com algumas limitações, levando a dificuldade do debate sobre os temas e a mudança na proposta de atuação em alguns grupos. Nesse sentido, a implementação das ações de extensão permite ao acadêmico expandir as barreiras entre a sala de aula e a comunidade, que apesar das dificuldades presentes na realização das atividades, enriquecem a formação do aluno. Conclui-se então que a curricularização da extensão consiste em uma nova forma de ensino e dos componentes curriculares, trazendo a ligação entre os acadêmicos e as demandas da comunidade, porém se faz necessário um trabalho conjunto entre a gestão de projetos de extensão e os discentes para amenizar os desafios encontrados na aplicação prática dessas ações na comunidade.

PALAVRAS-CHAVE

Extensão Comunitária; Avaliação Curricular das Faculdades de Medicina; Colaboração Intersetorial.

INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão é um tema de grande importância no contexto acadêmico atual, pois representa uma abordagem inovadora e transformadora nas instituições de ensino superior, buscando integrar a extensão universitária de forma mais efetiva às atividades curriculares, promovendo uma maior interação entre as instituições e a comunidade. Para Maria Nogueira (2001) a extensão não é vista como uma atividade isolada do ensino e da pesquisa, mas é a dimensão que articula essas duas, envolvendo a sociedade e a troca de saberes acadêmicos e populares. Essa relação com a sociedade é necessária e indispensável.

O objetivo da curricularização da extensão é intensificar, aprimorar e articular as atividades de extensão no processo de formação acadêmica de acordo com a Resolução CNE nº 07/2018, a qual é utilizada para regulamentar esta atividade no ensino superior no Brasil. O Curso de Medicina da UniEVANGÉLICA preconiza a implementação de parte destas atividades no módulo de Medicina de

¹Acadêmica. Curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA. E-mail: machadosbrenda@gmail.com

²Mestre. Curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA. claudiaregina@unievangelica.edu.br

³Titulação. Curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás- UniEVANGÉLICA. E-mail

⁴Mestre. Curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás- UniEVANGÉLICA. E-mail: francielleromano64@gmail.com

⁵Acadêmica. Curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás- UniEVANGÉLICA. E-mail: gabriellapereira.ra@gmail.com

⁶Mestre. Curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás- UniEVANGÉLICA. E-mail: julia.oliveira@docente.unievangelica.edu.br

⁷Acadêmica. Curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás- UniEVANGÉLICA. E-mail: discentejv@gmail.com

⁸Titulação. Curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás- UniEVANGÉLICA. E-mail

⁹Mestre. Curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás- UniEVANGÉLICA. E-mail: Magnabosco.cecilia@gmail.com

Família e Comunidade. Entende-se a importância dessa prática à formação acadêmica, bem como os impactos positivos na comunidade. De acordo com RIBEIRO, MENDES, SILVA, (2018), a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) abre possibilidades de concretização do princípio de indissociabilidade, ao instituir no mínimo 10% da carga horária total dos cursos de graduação para atividades de extensão.

A formação nas instituições de ensino superior de Medicina, apresenta o histórico de abordagem de formação acadêmica baseada no modelo biomédico, muitas vezes negligenciando a necessidade de associação aos determinantes sociais de saúde. Na atualidade, vários fatores corroboram para que essa abordagem seja negligenciada, como a rotina de trabalho, o mercado profissional, a quantidade de pacientes para serem atendidos em um curto tempo, fazendo com que as consultas se tornem superficiais e insatisfatórias. Nesse contexto, é responsabilidade das escolas médicas romper com a abordagem especializada e se apresentar coerente às orientações dispostas na Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, 2014), promovendo atuação coletiva para além da individual, atuação em promoção e prevenção em saúde, para além da reabilitação e tratamento; uma abordagem que permita a transformação social (ALMEIDA; BARBOSA, 2019).

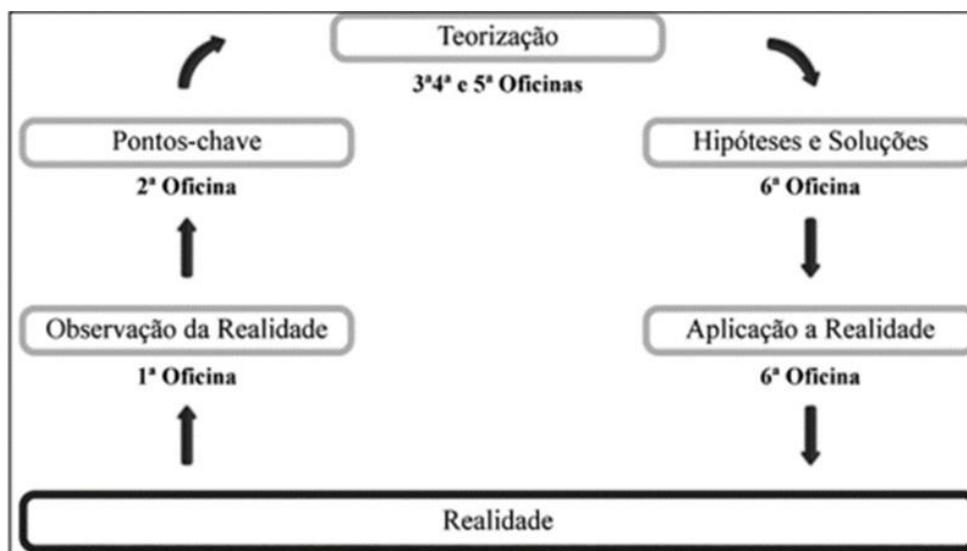
A implementação da curricularização da extensão envolve desafios significativos na aplicação e efetividade destas atividades, sendo necessário o ajuste de carga horárias e mecanismos de avaliação adequados para a garantia que essas atividades sejam significativas para os estudantes e para a comunidade, juntamente com a promoção de uma cultura acadêmica que valorize a extensão (COELHO, 2015). Neste artigo, objetiva-se explorar os desafios e as potencialidades da curricularização da extensão, analisando seu impacto na formação acadêmica, na comunidade e nas instituições de ensino superior.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sob a ótica da curricularização das atividades de extensão, evidencia-se que tal processo é de extrema valia para a formação dos acadêmicos, tendo em vista toda a contribuição que as experiências e os serviços prestados geram para a formação dos estudantes. O módulo de Medicina de Família e Comunidade (MFC), cursado pelos acadêmicos de medicina da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) do primeiro ao oitavo período, trazem nos quatro primeiros anos do curso, oito possibilidades de experiências, uma em cada período cursado, as quais incluem a execução de atividades de extensão que abrangem várias instituições e públicos, incluindo crianças, adolescentes, idosos, profissionais da educação, profissionais da saúde, dentre outros. É importante inferir que o planejamento dessas atividades de extensão dentro de uma disciplina do curso é realizado desde antes do processo de curricularização da extensão na universidade em questão.

Os projetos realizados utilizam como ferramenta o Arco de Maguerez em sua preparação e aplicação, o qual se compõe das seguintes etapas: observação da realidade, levantamento de pontos-chaves, teorização, hipóteses de solução e aplicação à realidade (Figura 1).

Figura 1 - Etapas do desenvolvimento do estudo de metodologias de aprendizagem ativas de acordo com o Arco de Charles Maguerez adaptado de Bordenave; Pereira (1989).



Diante desta perspectiva, a extensão tem feito parte da rotina curricular dos alunos, o que possibilita elencar os desafios e as potencialidades das atividades que os alunos presenciam. Todas as atividades, além de serem pautadas no Arco de Maguerez, são realizadas com embasamento em literaturas científicas atualizadas e respaldadas pelas documentações e autorizações necessárias para que os acadêmicos possam mediar as ações (Quadro 1). Isso tudo garante que, além de experienciar o contato com outras realidades e demandas da sociedade, os acadêmicos também consigam ter acesso à informação de qualidade sobre assuntos relevantes para a comunidade e que, ao mesmo tempo, são cobrados dentro do curso para que desenvolvam capacidades médicas de intervenção a serem utilizadas em seu futuro profissional.

Quadro 1 – Projeto de Saúde na Comunidade de Medicina de Família e Comunidade - 2023 no curso de Medicina da Universidade Evangélica de Goiás do 1º ao 8º período.

<p>1º Período – Nome do Projeto: Técnica da Estimativa Rápida Participativa em áreas de abrangência de Unidades Básicas de Saúde do município de Anápolis.</p>	<p>Levantamento da realidade local por meio da Técnica da Estimativa Rápida e Participativa e compartilhamento das informações com equipe de saúde, como subsídio para o planejamento local.</p>	<p>Comunidade em geral e profissionais da UBS.</p>
<p>2º Período – Nome do Projeto: Educação em Saúde com enfoque em Educação Popular.</p>	<p>Ação de Educação em Saúde a ser realizada no ambiente do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI).</p>	<p>Alunos e colaboradores do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI)</p>
<p>3º Período – Nome do Projeto: Saúde na Escola</p>	<p>Ação de Educação em Saúde a ser realizada no ambiente escolar a crianças e adolescentes.</p>	<p>Alunos (crianças e adolescentes),</p>

		professores, gestores, auxiliares.
4º Período – Nome do Projeto: Avaliação Funcional do Idoso	Aplicação de instrumentos de avaliação do idoso, dentre eles a IVCF-20 e desenvolvimento de materiais educativos.	Idosos do território de abrangência da UBS.
5º Período – Nome do Projeto: Levantamento epidemiológico dos casos de doenças sexualmente transmissíveis (DST) na SEMUSA e nos sistemas de informação em saúde.	Levantamento e análise de dados epidemiológicos no DATASUS, elaboração de gráficos e tabelas e preparação dos resultados para aplicação à realidade das UBS, realização de ação educativa com distribuição de material educativo sobre prevenção e tratamento de Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes.	Usuários das Unidades Básicas de Saúde.
6º Período – Nome do Projeto: Ação em Saúde com temáticas relacionadas à Pessoa com Deficiência; Saúde Mental; Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras e de Saúde de Usuários de álcool e outras drogas.	Rastreio de depressão e comportamento de automutilação em escolares da rede estadual e municipal de ensino, elaboração de ação na escola com objetivo de prevenção e identificação de transtornos mentais. Elaboração de ação em saúde contemplando uma das temáticas do eixo do período, coerente com a observação da realidade local.	Comunidade em geral e profissionais da UBS.
7º Período – Nome do Projeto: Fitoterapia no SUS.	Observação das práticas em fitoterapia realizadas pela Equipe de Saúde nas Ubs. Educação Permanente em Saúde.	Profissionais das UBS, docentes e discentes
8º Período – Nome do Projeto: Planejamento e operacionalização da qualificação da Unidade Básica de Saúde- enfoque na saúde mental.	Avaliação dos processos de trabalho da equipe e da organização do serviço e do cuidado para com os usuários, identificação de possíveis sinais de depressão infantil e comportamentos de automutilação em escolares da rede pública, discussão dos resultados de coleta de dados com equipe de saúde com objetivo de manejo e organização do cuidado.	Profissionais e usuários do serviço.

Fonte: Curso de Medicina – UniEVANGÉLICA (2023).

No entanto, apesar de contribuir para o currículo e as diversas esferas de aprendizado dos acadêmicos, as dificuldades estão sempre presentes na realização das atividades de extensão. Dentre as limitações e desafios enfrentados, destaca-se a cultura dos locais abordados, a resistência da própria comunidade em relação a determinados temas, a falta de governabilidade acadêmica do problema priorizado no projeto e a ausência de recursos institucionais que financiem as ações. Estes

dificultam o planejamento e a execução dos projetos pelos alunos, o que, por consequência, prejudica o aprendizado e a vivência prática sobre a abordagem de temas em saúde com populações distintas e que estejam imersas em iniquidades.

Sendo assim, ainda que os projetos em extensão contem com tamanhos desafios, há potencialidades a serem evidenciadas na formação dos acadêmicos de medicina, como a possibilidade de articulação teórico-prática sobre temáticas indispensáveis para a saúde da população, a oportunidade de se envolverem na solução de problemas, o complemento da formação para educação em saúde e o direcionamento institucional para cumprimento da responsabilidade social pelos alunos. Dessa forma, entende-se que, como a curricularização é uma medida plausível e necessária para que não apenas a comunidade acadêmica, mas também a sociedade como um todo compreenda a importância dos projetos em extensão realizados pelos alunos, oportunizando a disposição de mais recursos e informações que viabilizem um trabalho melhor estruturado.

DISCUSSÃO

A implementação de ações de extensão na grade curricular, por meio da curricularização da extensão, permite que a Universidade aproxime o discente da população ao seu redor e, com isso, expanda as barreiras entre a sala de aula e a comunidade. A inserção dessa modalidade abrangente no módulo de MFC, durante a graduação no curso de Medicina da UniEVANGÉLICA, permite, não só que o aluno entenda as demandas da sociedade, como também, que ele democratize o conhecimento adquirido em sua formação para todos os beneficiados pelas ações sociais realizadas.

A extensão universitária mobiliza a universidade a entender o seu papel como instituição que viabiliza as transformações sociais e, além disso, permite o diálogo entre alunos, professores e a sociedade nesse caminho de mudanças (RIBEIRO; MENDES; SILVA, 2018). Nessa perspectiva, a possibilidade de garantir a curricularização da extensão nos planos de ensino de MFC, abre oportunidades para que essa relação dialógica entre os discentes e a comunidade instigue intervenções e integração social.

Ao expandir essa oportunidade, a reformulação de ações de extensão na grade curricular faz com que o estudante de graduação protagonize a sua formação, tornando-se um profissional desenvolvido em reconhecer o seu papel como cidadão, dotado de direitos e deveres e, também, de agente de transformação social (ALMEIDA; BARBOSA, 2019). Nesse viés, a universidade abre caminho para que o aluno desenvolva habilidades que articulem o ensino e a pesquisa à prática na produção e aplicação do conhecimento na sociedade.

As preocupações sobre dificuldades na gestão de ações e nos ajustes na estrutura de organização da universidade geram discussões sobre o papel da extensão universitária e sua curricularização (COSTA, 2019). Ao superar os desafios e melhorar as disposições das ações extensionistas, toda a população envolvida se beneficiará desses projetos de extensão.

CONCLUSÃO

Neste trabalho foi relatada a experiência da curricularização da extensão que abrange os quatro primeiros anos do curso de medicina. A estratégia utilizada foi a implementação de projetos e ações de saúde coletiva, no módulo de medicina de família e comunidade (MFC), que viabiliza a integração

do discente com a comunidade. A metodologia ativa permite que o aluno seja protagonista na sua formação profissional, por meio de ações de extensão dentro do seu plano de ensino e, também, contribui para uma graduação mais participativa com a sociedade. Com isso, a curricularização da extensão traz diversas oportunidades para o desenvolvimento de uma universidade mais ativa e participativa nos projetos sociais.

Contudo, é necessário que se tenha um trabalho conjunto entre a gestão de projetos de extensão e os discentes para procurarem amenizar os desafios encontrados na aplicação prática dessas ações na comunidade, uma vez que a organização e execução dessas ações devem ser bem definidas para que, cada vez mais, esses projetos beneficiem a população que os recebem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. M. V.; BARBOSA, L. M. V. Curricularização da extensão universitária no ensino médico: o encontro das gerações para humanização da formação. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA**, v.43, p.672-680, 2019.

COSTA, W. N. G. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: O DESAFIO NO CONTEXTO DAS LICENCIATURAS. **Revista Panorâmica**, 2019.

COELHO, G. C. O papel pedagógico da extensão universitária. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 11–24, 2015.

NOGUEIRA, M. das D. P. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In: FARIA, D. S. (Org). **Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.

RIBEIRO, M. R. F.; MENDES, F. F. F.; SILVA, E. A. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM PROL DE UMA UNIVERSIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA. **Revista Conexão UEPG**, v.14, n3, p.334-342, 2018.